



# PROJETO IGUALDADE RACIAL

Existe racismo no Brasil?  
O que motiva o racismo?  
O que é ser negro?  
África?  
Cultura Brasileira?



Melhor que dizer o que pensar é fornecer informações para que se possa formar a própria opinião.

Assim pode ser sintetizado este trabalho, que entende a desinformação como sendo o fator que mais colabora para a manutenção do racismo.

Diante disto, ele busca, antes de tudo, fornecer subsídio histórico e teórico básico para a discussão do tema Igualdade Racial, além de fomentar o diálogo sobre o assunto nas escolas.

Para tanto, os temas abordados foram vinculados num material escolar básico: o caderno.

Com isto, ele foi transformado numa importante e inovadora mídia com a finalidade de atingir o público alvo.



# OBJETIVOS



1- Combater a desinformação que tanto colabora para a existência e manutenção de uma realidade racista.



2- Estimular a discussão dos temas veiculados, entendendo que este é o ponto chave para a promoção da Igualdade Racial.



3- Valorizar a influência Afro na formação da Cultura Brasileira.



4- Combater o branqueamento mostrando a presença da cultura negra na vida brasileira.





# PÚBLICO ALVO

Jovens com idades entre 12 e 25 anos. O jovem é o principal agente social – se bem preparado – será capaz de operar as mudanças de curto prazo necessárias para que o Brasil supere seus graves problemas raciais, sociais e econômicos.





# CAPAS

As capas buscam transmitir uma mensagem positiva.  
Esperança, alegria e coexistência com igualdade entre as pessoas.





# TEMAS

(VEJA CONTEÚDO COMPLETO A PARTIR DA PÁGINA 8)



A CULTURA AFRO-BRASILEIRA



GIGANTES NEGROS



SER NEGRO NO BRASIL:  
ALCANCES E LIMITES



O LÍDER ZUMBI



UM RACISMO SUTIL E MANHOSO



QUILOMBOS



CAMPANHA ABOLICIONISTA



HISTÓRIA DA ÁFRICA



Assim como o branqueamento fez a negritude ser vista como inferior utilizando a comunicação como meio para se atingir este fim, a negritude pode usar a mesma ferramenta para recuperar seu status, criando um estado de IGUALDADE RACIAL em nosso país.





# CONTATOS

EDSON VANDER

edson@editorasp.com.br edsonvandher@hotmail.com

Fone: 35 3521-6153 Celular: 35 9981-8448



gráfica e editora

**São Paulo** ®

Rua Cel. João de Barros, 360 - Fone: 35 3521-6153 - Passos-MG



MATÉRIA	PROFESSOR(A)	
ALUNO(A)	Nº	
ENDEREÇO		
CIDADE	CEP	
FONE	CELULAR	E-MAIL
RG	CPF	
ESCOLA		
CURSO	PERÍODO	

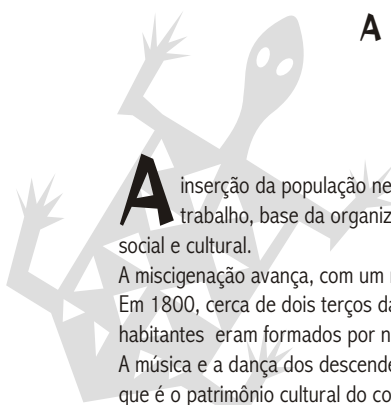
HORÁRIOS	SALA/HORA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO

PROVAS	DATA/HORA	ASSUNTO

TRABALHOS	DATA/HORA	ASSUNTO

# IGUALDADE RACIAL

## A CULTURA AFRO-BRASILEIRA



**A** inserção da população negra na sociedade brasileira se deu pelo trabalho, base da organização econômica e da convivência familiar, social e cultural.

A miscigenação avança, com um número cada vez maior de mestiços. Em 1800, cerca de dois terços da população do país 3 milhões de habitantes eram formados por negros e mestiços, cativos ou libertos. A música e a dança dos descendentes africanos são exemplos vivos do que é o patrimônio cultural do continente negro amadurecido ao longo do milênio.

Uma história antiga e valiosa pode ser contada através da música, da dança, do teatro, do artesanato, da indumentária e das tradições.





## A Arte da Capoeira

Pouco pode-se afirmar a cerca da origem da capoeira, devido à falta de documentação. Porém, através da tradição oral e de raros registros, sabe-se que foram os africanos escravizados, aqui no Brasil, que desenvolveram essa arte.

Os negros aprisionados na África e trazidos para o Brasil eram de várias nações e regiões daquele continente, e cada um desses grupos possuía sua própria cultura como, danças, músicas, lutas, religiões, seus rituais etc; aqui chegando já na condição de escravos houve uma grande mistura dos membros desses grupos, e na convivência entre si eles foram absorvendo partes dos conhecimentos de outros. Neste ponto teria surgido a capoeira, mistura da arte de vários povos africanos e seus descendentes, mas em solo brasileiro.

Outra teoria muito popular e acreditamos que muito de nós aprendemos na escola, que a Capoeira seria uma luta onde os escravos disfarçavam em forma de dança para poderem praticá-la sem problemas, e assim estariam preparados para futuras fugas.



IGUALDADE RACIAL

"É polícia das primeiras  
É levadinha do diabo  
Deu cabo dos capoeiras  
Vai dos gatinos dar cabo  
Já da navalha afiada  
A ninguém o medo aperta  
Vai poder a burguesada  
Ressonar com a porta aberta  
A ir assim poderemos  
Andar mui sossegadinhos  
Nessa terra viveremos  
Como Deus com seus anjinhos  
Ai! Assim continuando,  
A polícia hemos de ver  
As suas portas fechando  
Por não ter mais que fazer."

Outra afirmação diz que a Capoeira é de origem Africana, pois existe um ritual praticado pelos jovens guerreiros Mucupes, do sul de Angola, durante a Efundula (quando as meninas passam a condição de mulher), realizavam a dança das zebras com o nome de N'golo. O guerreiro que mais se destacasse poderia escolher sua noiva sem precisar pagar o dote ao pai dela. Existem ainda várias outras histórias e lendas sobre a origem da Capoeira, mas nenhuma delas tem a documentação necessária para sua confirmação.

Os capoeiras continuaram perseguidos por todo o século XIX.

Além da elite, que deles tinha verdadeiro pânico, a população também apoiava a ação dos policiais. O texto publicado no jornal Diário de Notícias, a 19 de janeiro de 1890, exemplifica: (veja quadro)

Fonte: litoralway

## Culinária afro-brasileira

O negro introduziu na cozinha o leite de coco-da-baía, o azeite de dendê, confirmou a excelência da pimenta malagueta sobre a do reino, deu ao Brasil o feijão preto, o quiabo, ensinou a fazer vatapá, caruru, mungunzá, acarajé, angu, feijoada e pamonha.

A cozinha negra, pequena mas forte, fez valer os seus temperos, os verdes, a sua maneira de cozinhar. Modificou os pratos portugueses, substituindo ingredientes; fez a mesma coisa com os pratos da terra; e finalmente criou a cozinha brasileira, descobrindo o chuchu com camarão, ensinando a fazer pratos com camarão seco e a usar as panelas de barro e a colher de pau.

## Milagre para o governador tomar sopa

O primeiro negro pisou no Brasil com a armada de Martin Afonso. Negros e mestiços (da Guiné e do Cabo Verde) chegaram aqui em 1549, com o Governador Tomé de Souza, que comia mal e era preconceituoso: entre outras coisas, não admitia sopa de cabeça de peixe, em honra a São João Batista.

Bem que o Padre Nóbrega tentou convencê-lo de que era bobagem, mas Tomé de Souza resistiu, até que o jesuíta mandou deitar a rede ao mar e ela veio só cabeça de peixe, bem fresca e o homem deixou a mania, entrou na sopa.

Da Guiné vieram, principalmente, fulas e mandingas. Os fulas eram de cor opaca, o que resultou no termo "negro fulo" (entrando depois na língua a expressão "fulo de raiva", para indicar a palidez até do branco).





Os mandingas também entraram na língua como novo sinônimo para encantamentos e artes mágicas. Mas os iorubanos ou nagôs, os jejes, os tapas e os haussás (estes islamitas), todos sudaneses, fizeram mais pela nossa cozinha porque eram mais aceitos como domésticos do que a gente do sul, o povo de Angola, a maioria de língua banto, ou do que os negros cambindas do Congo, ou os minas, ou os do Moçambique, gente mais forte, aproveitada para o serviço pesado, também utilizados desta forma devido ao domínio que possuíam (e possuem até hoje), da agricultura e conhecimento do calendário lunar.

O africano contribuiu com a difusão do inhame, da cana de açúcar e do dendezeiro, do qual se faz o azeite-de-dendê. O leite de coco, de origem polinésia, foi trazido pelos negros, assim como a pimenta malagueta e a galinha de Angola.



#### Abará

Bolinho de origem afro-brasileira feito com massa de feijão-fradinho temperada com pimenta, sal, cebola e azeite-de-dendê, algumas vezes com camarão seco, inteiro ou moído e misturado à massa, que é embrulhada em folha de bananeira e cozida em água.

#### Aberém

Bolinho feito de milho ou de arroz moído na pedra, macerado em água, salgado e cozido em folhas de bananeira secas.

#### Abrazô

Bolinho feito de farinha de milho ou de mandioca, apimentado, frito em azeite-de-dendê

#### · Açaçá

Bolinho feito de milho macerado em água fria e depois moído, cozido e envolvido, ainda morno, em folhas verdes de bananeira. (Acompanha o vatapá ou caruru. Preparado com leite de coco e açúcar, é chamado açaçá de leite.)

#### Ado

Doce de origem afro-brasileira feito de milho torrado e moído, misturado com azeite-de-dendê e mel.

#### Aluá

Bebida refrigerante feita de milho, de arroz ou de casca de abacaxi fermentada com açúcar ou rapadura, usada tradicionalmente como oferenda aos orixás nas festas populares de origem africana.

#### Quibebe

Prato típico do Nordeste, de origem africana, feito de carne-de-sol ou com charque, refogado e cozido com abóbora. Tem a consistência de uma papa grossa e pode ser temperado com azeite-de-dendê e cheiro verde.

#### Bobó

O bobó é uma comida africana muito popular na Bahia. O bobó é feito de feijão-mendubi (também conhecido como feijão-mulatinho) bem cozido com pouca água, sal, batata-da-terra quase madura. Depois que o feijão é reduzido a uma massa pouco consistente, junta-se bastante azeite-de-dendê e farinha de mandioca. Também usam fazer o bobó com inhame. Bobó, na linguagem popular, significa bofe, pulmão.

#### Mocotó

O mocotó é um dos pratos mais tradicionais da culinária brasileira, e cai bem principalmente quando o frio chega. O preparo não é difícil, mas demorado. O segredo da receita está justamente no cozimento dos ingredientes, o que leva um tempo considerável.



IGUALDADE RACIAL

Mais alguns pratos que fazem parte da cozinha afro-brasileira

Moqueca de Peixe  
Pamonha  
Pirão de Peixe  
Arroz Carreteiro  
Feijoada Completa Nacional  
Feijão Tropeiro  
Galinha com Quiabo e Angu  
Carne Sêca com Abóbora  
Jabá com Jirimum  
Vatapá  
Angu de Arroz  
Camarão com Chuchu  
Maniçoba  
Caruru  
Tutu à Mineira  
Barreado  
Bobó de Camarão



## Música e Dança

Na África, ser músico é quase como ser padre, pois a música está ligada às tradições religiosas. É aquele que nasce em uma família de músicos deve seguir o ofício até o fim da vida. Nenhum ritual importante na religiosidade africana é praticado sem música. Canta-se e toca-se para tudo e para todos os santos, pois isto é a cosmovisão africana. Nela, religiosidade e cotidiano se confundem. No Brasil, o candomblé exerceu forte influência na música de todo o país e é conhecido nas diversas regiões por nomes diferentes. No Maranhão, o culto é conhecido como tambor de mina. Do Rio Grande do Norte até Sergipe, recebe o nome de xangô. Já no Rio Grande do Sul, o nome corrente é batuque.

Séculos de miscigenação com muçulmanos do norte da África justificam a enorme permissividade de Portugal com relação a determinadas práticas musicais e religiosas: os batuques. Nos Estados Unidos, por exemplo, os negros nunca puderam tocar seus tambores.

Batuque é a denominação genérica para as danças dos negros africanos. Carimbó, tambor de crioula, bambelô, zambê, candomblé, samba de roda, jongo, caxambu são alguns dos batuques ainda praticados em todo o Brasil, principalmente nas ocasiões em que os negros se reúnem para festejar ou lembrar a escravidão. A palavra "batuque" aparece nos relatos mais antigos da nossa história. No entanto, não se sabe se ela se refere a uma dança de sapateados e palmas ou a um ritual religioso. Sabe-se, porém, que os senhores tinham total desprezo pelas práticas culturais africanas por considerá-las obscenas e barulhentas. A umbigada, gesto em que os ventres do homem e da mulher se encontram no ponto culminante da música, era uma das danças desprezadas pelos senhores de engenho.

## Samba

O samba verdadeiro era de lamento, pois era assim que o negro lamentava, criticando e expondo sua vida. O samba é uma dança animada com um ritmo forte e característico.

Originou da África e foi levado para a Bahia pelos escravos enviados para trabalhar nas plantações de açúcar. A dança gradualmente perdeu sua natureza ritualista para tornar-se a dança nacional brasileira. Originalmente a dança teve movimentos de mão muito característicos, derivados de sua função ritualista, quando eram segurados pequenos recipientes de ervas aromáticas em cada uma das mãos e eram aproximadas do nariz do dançarino cuja fragrância excitava.

O tradicional samba dos escravos evoluiu para, sem dúvida, se tornar um dos maiores produtos da cultura nacional. A herança dos escravos é o ritmo que hoje é um dos maiores embaixadores do país pelo mundo afora. Tornou-se ícone da cultura brasileira, popularizando seus ícones, sendo gênero fundamental da MPB, impulsionando a Bossa Nova e sustentando a criação de outros ritmos como o pagode.

## A religiosidade afro

A organização das religiões negras no Brasil deu-se bastante recentemente, no curso do século XIX. Uma vez que as últimas levas de africanos trazidos para o Novo Mundo durante o período final da escravidão (últimas décadas do século XIX) foram fixadas sobretudo nas cidades e em ocupações urbanas, os africanos desse período puderam viver no Brasil em maior contato uns com os outros, físico e socialmente, com maior mobilidade e, de certo modo, liberdade de movimentos, num processo de interação que não conheceram antes. Este fato propiciou condições sociais favoráveis para a sobrevivência de algumas religiões africanas, com a formação de grupos de culto organizados.

Até o final do século passado, tais religiões estavam consolidadas, mas continuavam a ser religiões étnicas dos grupos negros descendentes dos escravos. No início deste século, no Rio de Janeiro, o contato do candomblé com o espiritismo kardecista trazido da França no final do século propiciou o surgimento de uma outra religião afro-brasileira: a umbanda, ela resulta do encontro de tradições africanas, espíritas e católicas.

Desde o início as religiões afro-brasileiras formaram-se em sincretismo com o catolicismo, e em grau menor com religiões indígenas. O culto católico aos santos, numa dimensão popular politeísta, ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos. A partir de 1930, a umbanda espalhou-se por todas as regiões do País sem limites de classe, raça, cor, de modo que todo o País passou a conhecer, pelo menos de nome, divindades como Iemanjá, Ogum, Oxalá etc.





As classificações raciais: alcances e limites

Em 1775, Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), alemão, fundador da Antropologia, determinou a região geográfica originária de cada raça e a cor da pele como elementos demarcatórios entre elas (branca ou caucasiana; negra ou etiópica; amarela ou mongólica; parda ou malaia e vermelha ou americana). No século XIX, foram agregados outros quesitos fenotípicos, como o tamanho da cabeça e a fisionomia. Desde Blumenbach, no entanto, a cor da pele aparece como um dado recorrente. Inferindo-se, daí, que, dos dados do fenótipo, isto é, das características físicas, a "cor da pele" é o que tem sido mais usado e considerado importante, pois aparece em quase todas as classificações raciais. Para fins de estudos demográficos, no Brasil, a atual classificação racial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é a que é tomada como oficial desde 1991. Tal classificação tem como diretriz, essencialmente, o fato de a coleta de dados se basear na autodeclaração. Ou seja, a pessoa escolhe, de um rol de cinco itens (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) em qual deles se aloca. Como toda classificação racial é arbitrária e aceita não sem reservas, a do IBGE não foge à regra, pois possui limitações desde 1940, quando coletou pela primeira vez o "quesito cor"\*. Sabendo-se que raça não é uma

categoria biológica, todas as classificações raciais, inevitavelmente, padecerão de limitações. Todavia, os dados coletados pelo IBGE, ao reunir informações em âmbito nacional, são extremamente úteis, pois apresentam grande unidade, o que permite o estabelecimento de um padrão confiável de comparação.

O IBGE trabalha então com o que se chama de "quesito cor", ou seja, a "cor da pele", conforme as seguintes categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Indígena, teoricamente, cabe em amarelos (populações de origem asiática, historicamente catalogados como de cor amarela), todavia, no caso brasileiro, dada a história de dizimação dos povos indígenas, é essencial saber a dinâmica demográfica deles. Um outro dado que merece destaque é que a população negra, para a demografia, é o somatório de preto + pardo. Cabe ressaltar, no entanto, que preto é cor e negro é raça. Não há "cor negra", como muito se ouve. Há cor preta. Apesar disso, em geral, os pesquisadores insistem em dizer que não entendem, mesmo

IGUALDADE RACIAL



com a obrigatoriedade ética de inclusão do "quesito cor" como dado de identificação pessoal nas pesquisas brasileiras desde 1996, segundo a Resolução 196/96.



#### A identidade racial/étnica

De acordo com a convenção do IBGE, portanto, negro é quem se auto-declara preto ou pardo. Embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil. Vale mencionar ainda as polêmicas sobre o conceito de raça e de etnia, que, grosso modo, raça deveria ser um conceito biológico, enquanto etnia deveria ser um conceito cultural. Não sendo raça uma categoria biológica, etnia também se revela como um conceito que não é estritamente cultural, pois a delimitação de grupos étnicos parte de uma suposta alocação deles no conjunto dos grupos populacionais raciais sem abstrair a unidade do local de origem, e, para delimitar etnia, considera-se a concomitância de características somáticas (aparência física), lingüísticas e culturais. Enfim, o conceito de raça é uma convenção arbitrária e pode ser enquadrada como uma categoria descritiva da antropologia, uma vez que é baseada nas características aparentes das pessoas. Portanto, o uso dos termos raça ou etnia está circunscrito à destinação política que se pretende dar a eles.

Se para as ciências biológicas raça não existe e é consensual nas ciências sociais que o conceito de raça está superado, por que a insistência, em particular do movimento negro, em usá-lo como um paradigma da luta contra a opressão de base racial/étnica, ou seja, do racismo? Por questões políticas, já que o racismo existe

e é uma prática política que tem por base não apenas a existência das raças, mas que as "não-brancas" são inferiores.

Fátima Oliveira é médica, secretária executiva da Rede Feminista de Saúde (2002-2006) e presidenta da Regional Minas Gerais da Sociedade Brasileira de Bioética.

Texto resumido a partir do original na página:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=50103-40142004000100006&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=50103-40142004000100006&script=sci_arttext&lng=pt)

#### Recordando a construção do Brasil

O País é predominantemente mestiço com preponderância das tonalidades escuras, preponderância natural nos cruzamentos com a raça. Isto porque o gen da raça negra é dominante, e as características da mesma prevaleceriam sempre no fenômeno da mestiçagem. Entra já aí uma questão profunda com relação ao chamado "branqueamento" do negro do Brasil e, em contraposição, o "enegrecimento" do branco ou qualquer coisa do tipo.

O Brasil tem, portanto, uma cara negro-mestiça e o seu inconsciente é negro. Se considerarmos as dimensões continentais do País, o Brasil acaba sendo a Nação mais racial e culturalmente marcada pela influência do negro.

Já de início, pelo trabalho no eito, o escravo africano teria a oportunidade de transferir para o Brasil importantes fatores de desenvolvimento da tecnologia do trabalho humano, a níveis da época. Operando na vida tribal africana já avançados processos de cultivo agrícola e





pastoreio, o trabalho negro, nas novas terras da América, veio significar importante transferência tecnológica para o desenvolvimento da nossa "engatinhante" Nação. Sua simples presença e seu trabalho, cultivando a terra, cuidando do gado, aplicando, em função das novas exigências, toda uma artesanaria desenvolvida em suas tribos, acrescentando até as técnicas européias de mineração e metalurgia, todo um conhecimento empírico já bastante desenvolvido no trato dos metais em suas terras africanas, tudo isto conferiria ao negro escravo no Brasil, logo de início, uma extraordinária importância cultural.



À medida em que se agrupam em conjuntos populacionais cada vez maiores e mais participantes da formação do que poderíamos chamar as primeiras camadas populares do Brasil, os negros foram estabelecendo o possível processo de interação com a elite dominante. Logo surgem as

dinâmicas da nova fala brasileira, onde o negro vai ter papel preponderante. Novas linguagens, novos modos expressivos, novas sintaxes, novos léxicos, nova língua. O negro ajuda e muito a formar a língua brasileira. "Tudo aquilo que o malandro pronuncia com voz macia é brasileiro, já passou de português", no dizer de Noel Rosa. Misturados à língua colonial, o Kikongo, o Kibundo, o Yorubá e o Fon vão oferecer muito mais que o nativo Tupi o substrato tonal e rítmico para a formação do profundamente encantador e sedutor linguajar brasileiro.

Enquanto as línguas indígenas vão permanecer apenas nas suas remanescentes tribais, ou, quando muito, vão fornecer a leitura nativista, ecológica da fauna, da flora e dos acidentes geográficos - jaguatirica, maracujá, ipanema - as línguas africanas vão interferir mais profundamente no nexa, no léxico, na rítmica e no colorido geral da língua brasileira.

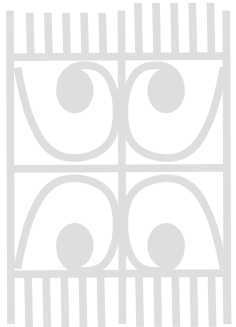
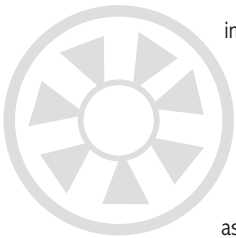
A fala taboara de Minas, a Língua docemente musical do Recôncavo Baiano, o modo Carioca, todos vão estar ligados ao carácter africanizante da cultura linguística do País. Expressões africanas vão renascer brasileiras: caçula, quiabo, fuxico, samba, camundongo, para não falar de dengoso, em que um novo adjetivo é formado pela aposição de um sufixo português clássico - oso - a uma palavra africana - dengo. E, assim, vem o negro criando, com graça incomparável, paisagens indescritíveis na sonoridade da língua do país. Inestimável contribuição cultural.

A nossa memória muscular está cheia de negritude. Pelas ruas, pelas praças, pelos bailes, pelos jogos, nos xaxados e gingados nossa atitude é negra. Negra atitude, negritude.

Gilberto Freyre, ao lançar seus derradeiros olhares sobre a vida brasileira, via, ainda uma vez, o substrato do trato negro do corpo, mesmo onde o negro não era o corpo. Não vejo diferença entre o rebolado da Sônia Braga e o drible do Zico. Ele falava de um mesmo traço essencialmente sensual rítmico do gesto brasileiro: a gestualia negra. Ele falava de um mesmo desenho barroco da escola brasileira de futebol, oswaldiana, antropofagicamente criada pelo negro do dirigir e devolver, transcendia em sensualidade e dança, uma prática esportiva inglesa. Ele falava de invenções negro-brasileiras, como a bicicleta de Leônidas, a folha-seca de Didi, as paradas, no peito e no pênalti, de Pelé, a embaixada nacional da bola no pé.

Aliás, foi Gilberto Freyre também a esboçar o que viria se tornar uma antropologia brasileira que teria, no negro, não só o objeto básico do seu estudo, mas a ter mais tarde o próprio negro como sujeito antropológico, verdadeira subversão na produção desse tipo de conhecimento. Levi Strauss dizia que a Antropologia é o ponto de vista do outro. Os trabalhos do negro Júlio Santana Braga, um dos maiores etnógrafos vivos do País, os trabalhos do Mestre Didi; e ainda em tempos abolicionistas, a poesia abusivamente encharcada de negritude de Luis Gama, são já o ponto de vista de si próprio, uma nova contribuição cultural ao significado antropológico.

IGUALDADE RACIAL







São muitos os exemplos. Os que sabem algo do abolicionismo sabem que André Rebouças era negro. Ainda assim, a imagem que dele ficou para o público em geral foi "branqueada" pela perda da memória histórica. Dos milhões de brasileiros que passam pela Avenida Rebouças, em São Paulo, e pelo Túnel Rebouças, no Rio, quantos sabem que foi negro o homem que lhes deu o nome? Dos efeitos do "branqueamento" posso dar meu testemunho pessoal. Só muito recentemente vim a saber que era negro o engenheiro Teodoro Sampaio, que dá nome à principal rua de Pinheiros.

O caso mais notável está no campo da literatura. É o de Machado de Assis, cujo necrológio, escrito por José Veríssimo, abriu uma polêmica com Joaquim Nabuco. Disse Veríssimo de Machado: este "mulato foi, na realidade, um grego dos tempos de ouro". Era um elogio, mas Nabuco retrucou: "Machado para mim era um branco, e creio que como tal ele se julgava". E, contudo, poderia haver maior motivo de orgulho para os negros e seus descendentes do que dizer, reconhecendo a ascendência negra de Machado, que ele foi tão grande que era - e ainda é - considerado o maior escritor brasileiro? Poderia haver maior motivo de orgulho para os brasileiros conscientes da sua identidade como povo mestiço? Quantos escritores da estatura de Machado existem no mundo?



#### FASCÍNIO DA BRANCURA

Se os grandes foram vítimas do branqueamento, que dizer dos pequenos? O branqueamento revela, ainda hoje, uma dificuldade da cultura brasileira em aceitar que negros e seus descendentes podem ser competentes, brilhantes, em atividades que se acreditou, durante muito tempo, estivessem reservadas aos brancos. E deste modo, empana os horizontes generosos de uma cultura que todos queremos democrática, aberta. Trata-se de uma expropriação imaginária das glórias dos negros, apagando, especialmente nos mais pobres, o exemplo de líderes que poderiam sugerir-lhes outros caminhos além da humilhação cotidiana. Nos brasileiros em geral, ajudando a manter a ilusão de uma sociedade branca, que não somos e nunca fomos.

Do fascínio pela brancura dão exemplo, na literatura do século XIX, *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, e *O Mulato*, de Aluisio de Azevedo. É certo que estes dois notáveis escritores eram contra a escravidão, e Guimarães, em outro de seus livros, tem a oportunidade feliz de afirmar que "no Brasil, ninguém pode gabar-se de que entre seus avós não haja quem não tenha puxado flecha ou tocado marimba". Como entender, então, que a escrava e o mulato daqueles livros de êxito sejam apresentados como brancos? O mulato de Aluisio de Azevedo era filho de um português e de uma negra, mas, por milagres genéticos da arte, nasceu branco e de olhos azuis, e, além disso, permaneceu até o início da maturidade na mais completa ignorância das suas origens. Vejam como Guimarães apresenta Isaura: "A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuança delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada... (...) teve excelente educação, e tem uma boa figura, pode passar por uma senhora livre e de boa sociedade". É a amada de Álvaro, "original e excêntrico como um rico lorde inglês", um "liberal, republicano e quase um socialista".

Seria apenas uma questão de preferência estética? Em uma sociedade que contava, mais ainda



do que hoje, com maioria de negros, mulatos e cafuzos, uma preferência estética que chega ao ponto de branquear o negro e o descendente de negro, é apenas um outro nome para o preconceito, que dominava à época e se impunha mesmo aos melhores dentre seus escritores. Em homenagem a Aluisio de Azevedo e a Bernardo Guimarães, reconheçamos que, como muitos, em sua época e ainda hoje, também eles vacilavam diante das complexidades étnicas e raciais do Brasil.

#### MISCIGENAÇÃO E CULTURA MESTIÇA

Nossas confusões em torno da questão do negro estão na base das nossas confusões sobre a nossa própria identidade como povo. Nossas misturas raciais foram invocadas, por muito tempo, como motivo de pessimismo em relação ao país. Uma visão positiva do Brasil como sociedade mestiça só começou a conquistar os intelectuais, nas primeiras décadas do século XX. Pode-se reconhecer algumas antecipações em Lima Barreto, mas, ainda assim, em determinados momentos, este mestiço talentosíssimo foi levado a ver no mulato em geral, alguém condenado ao fracasso. O reconhecimento do Brasil como país plurirracial, com um vigoroso processo de miscigenação, só começou nos anos 20, com o movimento modernista, em especial com o grande talento de Mário de Andrade, ele próprio um mestiço, e, pouco depois, com Gilberto

Freyre. Não será demais lembrar que os anos 20 e 30 são também os da afirmação do samba como música nacional, de todo o país, não só dos morros do Rio. Com Mario e Gilberto, começávamos a perceber que estávamos nos tornando uma sociedade não apenas racialmente miscigenada, mas também culturalmente mestiça. Uma sociedade onde a matriz negra é fundamental.

O paradigma da sociedade branca durou em nosso imaginário mais do que merecia sua histórica inverossimilhança. Embora nosso catolicismo consagre imagens de santos negros e, em muitos lugares do Brasil, os orixás se liguem aos santos da Igreja, predominou em nosso imaginário o paradigma da sociedade branca importado por uma elite que se envergonhava de um povo em que negros, mulatos e cafuzos eram maioria. Uma elite que se envergonhava, sobretudo, de não ser, ela própria, tão branca quanto gostaria.

Talvez por isso - ou seja, talvez porque na própria elite havia, e há, muitos mestiços -

alguns acham que não temos um racismo no país. Por isso também, e apesar do fascínio da brancura, nunca tiveram maior verossimilhança no Brasil as estúpidas crenças que sustentam o racismo em outros países, da existência de uma raça branca pura e superior. Nem no povo nem na elite, nunca tivemos como sustentar tais crenças. Somos desde sempre plurais e misturados, e por isso os que chicotearam o negro ou execraram o mestiço também ofendiam a si próprios. Seu racismo não tinha como ir muito longe. Mesmo nos momentos de maior paixão pela brancura, sempre houve quem se lembrasse das flechas e das marimbas dos nossos avós. Ou como dizia o intelectual abolicionista negro Luís Gama, retrucando aos que o insultavam como "bode": "Aqui, nesta boa terra, marram todos, tudo berra".

#### A MATRIZ OCULTA

Quatrocentos anos de escravidão reservaram ao negro um tratamento tão terrível na realidade quanto confuso no plano do imaginário. Somos, por isso, herdeiros de amargos paradoxos. A música barroca dos séculos XVIII e inícios do XIX é, em grande parte, obra de negros, mas é também, e não poderia deixar de sê-lo, de fatura musical européia, isto é, branca. Carlos Gomes era mestiço, neto de uma ex-escrava, mas O Guarani é uma bela obra de idealização do índio. É certo que Carlos Gomes também escreveu música inspirada nos negros, mas este é o lado menos conhecido de sua obra. Mesmo uma ópera como O Escravo, de espírito abolicionista, inspirava-se nos índios e só por exceção foi apresentada por negros. Não obstante a mestiçagem, algo impele nossa cultura a esconder a matriz negra que está em seus





mestiçagem, algo impele nossa cultura a esconder a matriz negra que está em seus fundamentos.

Diz Antônio Cândido que, no século XIX, quando surge o indianismo na literatura, o índio já era o passado, enquanto "o negro era a realidade degradante, sem categoria de arte, sem lenda heróica". Um argumento que se pode estender a boa parte do século XX, permitindo entender como, ao longo da história, se tenha falado tanto do negro como força de trabalho, e tão pouco como pessoa. O negro surge para a literatura, na campanha abolicionista, com dois intelectuais negros, Luís Gama e José do Patrocínio, para ser visto como "problema social", mais do que como personagem literário. Gonçalves Dias, mestiço, permanecerá em nossa memória por seus lindos poemas sobre o índio. Cruz e Sousa, negro, deixou-nos pouca coisa sobre os de sua raça, com exceção das páginas sobre o "emparedado". Castro Alves, ele próprio mestiço, o mais generoso dos nossos poetas, foi o único no século XIX, diz Antonio Candido, a alcançar o "milagre literário" de apresentar o negro como ser humano.

Nabuco dizia que não bastava "acabar com a escravidão", que era "preciso destruir a obra da escravidão". Acabamos com a escravidão em fins do século XIX, mas sua "obra" persistiu durante muito tempo e dela persistem, ainda hoje, fortes resíduos. Na segunda metade do século XX, um fenômeno tipicamente moderno como a dramaturgia da TV dá a perceber preconceitos tão ou mais poderosos do que os do romance século XIX. A Escrava Isaura deu origem, nos anos 70, a uma telenovela de sucesso nacional e internacional, permanecendo Isaura tão alva como quando nasceu. Há também casos em que a TV produz o branqueamento de personagens famosos, como a Tieta, de Jorge Amado: mestiça no livro, branca na TV. Do mesmo Jorge, a mestiça Gabriela tornou-se quase branca na TV.

Estamos falando de uns poucos exemplos, em numerosa galeria que começa nos anos 60 com novelas como O Direito de Nascer e a Cabana do Pai Tomás, de 1969, com Ruth de Souza e Sergio Cardoso, um grande ator branco que, para se evitar um ator negro no papel, foi ridiculamente enegrecido pela maquiagem. Em 510 novelas estudadas por Joel Zito Araújo, cobrindo o período 1963-1997, o negro aparece como protagonista em apenas duas. Famílias negras aparecem em apenas quatro. Das novelas de uma grande emissora, examinadas de 1980 até 1998, em 29 os negros e descendentes têm menos de 10% de participação e em 28 não têm participação nenhuma. Descontadas exceções como Sinhá Moça e Pacto de Sangue, os negros e descendentes aparecem, quando aparecem, em geral, como subalternos.

#### UMA CONQUISTA A REALIZAR

O reconhecimento do Brasil mestiço, iniciado pelos intelectuais a partir dos anos 20, é ainda uma conquista a ser realizada por parte da elite e, talvez, pela maioria do povo. Diz, por exemplo, um testemunho registrado em A Mão Afro-Brasileira: "A minha cor é pálida e o meu cabelo, quando deixo crescer, dá para pentear. Da Bahia prá cima e da classe média prá baixo, posso dizer que sou branco". Palavras bem humoradas que dão, porém, a medida da nossa confusão de identidade. Temos estatísticas, baseadas em critérios de autotransclassificação, que dizem que 54% dos brasileiros se vêem como brancos, 39,5% como pardos e 5,7% como negros. Seríamos tantos os brancos? Seríamos tantos os pardos, seja lá o que esta palavra signifique? Seríamos tão poucos os negros? Assim como temos progressos na cultura, também os temos na política, embora sejam muito recentes as instituições de Estado que se ocupam dos negros. É certo que já nos anos 30, Mãe Aninha, fundadora do Opô Afonjá, conseguiu que Getúlio Vargas abolisse leis que consideravam crime o candomblé. Mas foi só em 1976 que o governo da Bahia derrogou dispositivos que exigiam permissão da polícia para a prática do culto. Em todo caso, a conquista de Mãe Aninha pode ser considerada como precursora da Lei Afonso Arinos, de 1951. Mas foi só em 1988 que conseguimos aprovar o princípio constitucional segundo o qual as terras dos quilombos pertencem a seus descendentes. É do mesmo momento a Lei Caó, contra o racismo, e a criação da Fundação Palmares, junto ao Ministério da Cultura.

Eis o maior perigo do branqueamento: limita o papel do negro na história à condição de força de trabalho, ignora suas lutas sociais e seu papel na cultura. Branqueando as imagens dos negros, branqueamos também a história do país. Esqueçemo-nos, às vezes, de que antes da Lei Áurea, já houvera a libertação dos escravos no Amazonas, no Rio Grande do Norte e no Ceará, como resultado das lutas de brancos e negros, entre as quais a "greve dos jangadeiros" de 1880, em Fortaleza. Não apenas os de cima, também os de baixo, fazem a história da Pátria. E já que menciono os jangadeiros, há que lembrar, 22 anos depois, João Cândido, que também celebramos no mês de novembro, "o almirante negro" que como diz o samba, "tem por monumento as pedras pisadas do cais". Maiores ou menores, os espaços de liberdade conquistados pelos negros custaram-lhes séculos de sofrimento e luta. Luta que ainda hoje continua.





### Vozes isoladas

Durante o Primeiro Reinado algumas vozes isoladas se fizeram ouvir em favor da abolição. Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*, pregava a extinção gradual da escravatura, sugerindo a substituição da mão-de-obra escrava por imigrantes assalariados. Personalidades ligadas ao Governo, como José Bonifácio e o padre Feijó, argumentavam que a manutenção do trabalho escravo era inconveniente ao pleno desenvolvimento da economia brasileira. Todos eles, porém, reconheciam que a abolição não poderia ser imediata, sob pena de levar ao colapso uma economia baseada na monocultura de exportação, na dependência exclusiva do braço escravo.

### A opinião dos escravistas

A partir do momento em que a escravidão começou a ser contestada também por homens brancos e livres, os proprietários de escravos se viram na contingência de responder com argumentos aos ataques dos abolicionistas. Afirmavam, por exemplo, que os negros eram "infieis" (não cristãos); a escravidão não seria mais do que um instrumento para a salvação de suas almas.

Outro "argumento", semelhante ao anterior, dizia que os senhores brancos apenas cumpriam uma missão civilizadora, tirando os negros de seu ambiente "selvagem" e transferindo-os para um ambiente onde, mesmo escravizados, eles tinham melhores condições de vida.

Na segunda metade do século XIX, tornou-se comum uma justificativa que se pretendia

"científica". Tomando como base algumas teorias raciais (e racistas) difundidas na Europa, afirmavam que os negros tinham o crânio menor que o dos brancos, indicando inferioridade "natural". Parecia-lhes correto, assim, que os "inferiores" servissem a seus "superiores" brancos. Com o passar do tempo, a argumentação mais freqüente para justificar a manutenção do cativeiro se reportava a um aspecto bem mais material. Afirmando que a abolição da escravatura representaria a ruína da lavoura.

Os interesses da Inglaterra Com o desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra, o sistema colonial -

que desempenhou um papel básico no período anterior, de capitalismo mercantil - tornou-se um empecilho para a expansão da economia. Como as colônias possuíam o monopólio do fornecimento de produtos tropicais, a indústria inglesa não podia escolher sua matéria-prima onde o preço fosse menor; além disso, como a produção colonial era baseada no trabalho escravo, as possibilidades de expansão do mercado consumidor se viam limitadas. Mais ainda, a manutenção de escravos representava um capital imobilizado, que com o emprego de mão-de-obra assalariada poderia ser aplicado na compra de produtos manufaturados e implementos agrícolas. Sem falar da massa de trabalhadores negros que, livres, representariam um respeitável mercado consumidor potencial.

A oposição inglesa ao trabalho escravo e ao sistema colonial estendeu-se aos países econômica e politicamente dependentes da Inglaterra, como Portugal (e o Brasil) no início do século XIX. Em 1817 Dom João concedeu o "direito de visita" à Marinha inglesa, permitindo-lhe vistoriar todos os navios portugueses suspeitos de tráfico negreiro. Enfim, quando foi proclamada a independência no Brasil, a Inglaterra condicionou o reconhecimento da nova nação à proibição do tráfico escravo.





## A Campanha Abolicionista

Somente após a extinção do tráfico negreiro e, de modo mais acentuado, após a Guerra do Paraguai, que podemos falar em campanha abolicionista como um movimento social organizado, de caráter eminentemente urbano, baseado em setores não comprometidos com a escravidão: profissionais liberais, comerciantes, jornalistas e intelectuais. A atuação desses militantes tornava-se cada vez mais ousada. Além de comícios e da propaganda escrita,



empreendiam incursões noturnas às senzalas, dando fuga aos escravos. Os fugitivos eram abrigados, a seguir, em "quilombos" de novo tipo, organizados por abolicionistas. Ficaram famosos o quilombo Jabaquara, na Baixada Santista, fortaleza inexpugnável dirigida por Quintino Lacerda, que abrigava os fugitivos encaminhados por Luís Gama e Silva Jardim; ou a fazenda de Bernardino de Campos, em Amparo (São Paulo), onde se refugiavam os escravos libertados por Antônio Bento e seus seguidores, os "caifases".

As atividades dos abolicionistas eram subvencionadas por diversos clubes e sociedades que promoviam eventos para a arrecadação de fundos e se encarregavam da propaganda dos ideais do movimento, bem como a compra de alforria de muitos escravos. O primeiro deles foi a Sociedade Emancipadora Fraternidade, fundada em 1870 pela Loja Maçônica Amizade. Essas sociedades se multiplicaram pelas principais cidades do Brasil e finalmente, em 1883, foram agrupadas na Confederação Abolicionista, uma estrutura coesa, de âmbito nacional. Paralelamente, nos meios intelectuais, na literatura e na imprensa, os abolicionistas criaram uma "retaguarda ideológica" para a sustentação do movimento. Vários mestiços e negros libertos se destacaram nesse campo, dentre eles Castro Alves, Luís Gama, André Rebouças e José do Patrocínio.

Uma das primeiras publicações abolicionistas foi o semanário paulista O Diabo Coxo, criado em 1864. Era ilustrado por Angelo Agostini e redigido por Luís Gama. Anos depois surgia O Radical Paulistano, onde escreviam regularmente Luís Gama, Joaquim Nabuco, Castro Alves e o estudante Rui Barbosa.

A partir de 1880 a imprensa antiescravista se implantava no Rio de Janeiro, com A Gazeta de Notícias, de José do Patrocínio, e A Gazeta da Tarde.

Em 1882, Raul Pompéia e Antônio Bento de Sousa e Castro fundaram em São Paulo o Jornal do Comércio. A esta folha abolicionista veio se juntar A Redenção, também dirigida por Antônio Bento, que na proposta editorial pregava "a libertação imediata, sem prazo".

### Radicais, moderados, positivistas e "pragmáticos"

A profusão de periódicos abolicionistas correspondia à realidade de um movimento que estava longe de ser homogêneo. Várias correntes e opiniões contraditórias coexistiam no movimento.

Embora todas tivessem um mesmo objetivo, a abolição da escravatura, divergiam quanto à maneira de conduzir a luta. Os "moderados", cujo melhor exemplo é sem dúvida a figura de Joaquim Nabuco, temiam as agitações sociais e achavam que a luta pela abolição deveria se processar institucionalmente, entre as paredes do Parlamento.

Os positivistas, de certa forma, se confundiam aos moderados. Denunciando a irracionalidade que representava a escravidão, encaravam-na como um fator de desorganização econômica e social. Preconizavam a abolição lenta, vinculada a um programa que propiciasse a integração do negro à sociedade.

Os "radicais" consideravam imprescindível a participação popular na luta abolicionista e chegavam a estimular os levantes de escravos.

Desse grupo participavam Raul Pompéia, Antônio da Silva Jardim, José do





e Luís Gama. E deste último uma frase famosa que caracteriza bem a posição dos radicais: "Ofendido em seu direito, o escravo que mata seu senhor, mata em legítima defesa". E, finalmente, havia um grupo "pragmático" de abolicionistas, para quem a extinção da escravatura era, acima de tudo, um negócio vantajoso. Nesse grupo estavam os cafeicultores do oeste paulista, que, percebendo as vantagens do trabalho assalariado e a inevitabilidade da abolição, preferiam que ela fosse feita gradualmente, à medida que a mão-de-obra escrava fosse sendo substituída pelo trabalho assalariado. Seu principal porta-voz era Campos Sales.

#### Uma abolição gradual

Aos poucos, os partidários da abolição gradual começaram a ganhar terreno. Para isso contribuíram, sem dúvida, as pressões crescentes dos Estados Unidos e da Inglaterra. Em resposta a essas pressões e à opinião pública, o Governo brasileiro promulgou, em setembro de 1871, a Lei Rio Branco, conhecida como "Lei do Ventre Livre".

Por essa lei eram emancipados os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data.

Na realidade, porém, nada se alterava, pois o senhor da mãe escrava conservava o "direito aos serviços gratuitos dos menores até os 21 anos completos". Tratava-se apenas de uma medida para apaziguar os ânimos abolicionistas e ganhar tempo. Esse objetivo foi alcançado. O movimento perdeu força e só se recuperou na década seguinte. A resposta à nova ofensiva abolicionista foi outra lei paliativa. A 28 de setembro de 1885 era aprovada a Lei Saraiva-Cotegipe ou "Lei dos Sexagenários", que emancipava os escravos de mais de 65 anos. Na prática, essa lei apenas liberava o dono de escravos da responsabilidade pela manutenção da mão-de-obra improdutiva.

Os abolicionistas, porém, não mais se deixariam conter ou iludir. O movimento conquistava um respaldo popular crescente e dos mais variados setores sociais: a Igreja, que pela primeira vez no Brasil (em 1887), manifestou-se a favor da abolição, o Exército, associações de classe patronais e de empregados.

A imprensa abolicionista fervilhava e se multiplicava. As fugas de escravos contavam com uma rede de apoio tão vasta que possibilitava o transporte dos fugitivos para o Ceará, onde a escravidão fora extinta em 1884.

Tornaram-se comuns as grandes manifestações de rua. Repetiam-se as passeatas e comícios onde a palavra de ordem era a frase de José do Patrocínio: "A propriedade do escravo é um roubo". Finalmente, em 1888, os antiescravistas conquistaram a maioria no Parlamento. Refletindo a nova correlação de forças, a 7 de maio de 1888 o Congresso aprovava, por imensa maioria, um projeto de lei com o seguinte texto: "Artigo 1º. É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Artigo 2º. Revogam-se as disposições em contrário". Assinado a 13 de maio pela regente do trono, Princesa Isabel, o projeto transformou-se na Lei Áurea. Entretanto, ao contrário do que se esperava, a abolição não significou a emancipação efetiva da população escravizada. Sem medidas institucionais que promovessem sua integração à sociedade, os negros foram entregues à própria sorte. Desprotegidos e discriminados, acabaram engrossando os contingentes marginalizados que se aglomeravam na periferia das grandes cidades.

Na realidade, a abolição veio afastar alguns dos obstáculos ao desenvolvimento da economia brasileira, cujo pólo dinâmico se baseava cada vez mais no trabalho assalariado. Beneficiavam-se os cafeicultores "modernos", de São Paulo, para quem a medida era sinônimo de incentivo à imigração européia; em contrapartida, os decadentes "barões do café", de terras já esgotadas, e donos de muitos escravos, retiraram seu apoio ao regime imperial, derrubado em 1889.

#### VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Homens pobres, mulatos e negros formam os batalhões de voluntários da pátria, convocados para combater como soldados na Guerra do Paraguai. Participam também os escravos da nação africanos trazidos ilegalmente para o país após a lei de extinção do tráfico, que estavam sob a guarda do Império e recebem alforria para ser transformados em soldados. Esse esforço de mobilização é necessário, já que o Paraguai tem, a princípio, efetivos maiores que as forças brasileiras e aliadas. Terminada a guerra com o triunfo da aliança, os negros brasileiros vitoriosos recusam-se a permanecer na condição de escravos. Isso dá grande impulso ao movimento abolicionista. E muitos militares, descontentes com a monarquia, aderem ao movimento republicano.

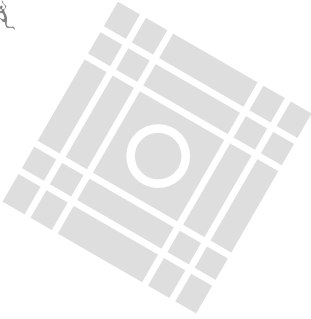
1880 - Políticos e intelectuais importantes, como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, criam no Rio de Janeiro a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, que estimula a formação de dezenas de agremiações similares pelo país. O jornal O Abolicionista, de Nabuco, e a Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, servem de modelo para outras publicações que defendem a mesma causa. Advogados, artistas, intelectuais, jornalistas e parlamentares entram no movimento e arrecadam fundos para o pagamento de cartas de alforria, documento que concedia liberdade aos escravos. O país é tomado pela causa abolicionista.

IGUALDADE RACIAL





## VOCÊ SABIA?



## O que é discriminação?

A discriminação é, por definição, a ação de separar e distinguir. Usada no sentido de “discriminação racial”, ela é a ação ou comportamento de um grupo dominante que toma um grupo ou grupos como objeto de distinção, exclusão, restrição ou desprezo por causa de sua origem ou aparência racial. Assim, se um mestiço é fruto da união entre brancos e negros, como acontece no Brasil, ele é dito ser branco ou negro de acordo com a sua aparência física. Muitas pessoas são de sangue mestiço, mas podem ter um fenótipo branco. No Brasil, são consideradas brancas. Nos Estados Unidos continuam a ser chamadas de negras, por causa de sua origem mestiça. No Brasil, os movimentos negros têm trabalhado no sentido de os negros adquirirem uma consciência política mais avançada e lutarem pelos seus direitos à não-discriminação e à igualdade de oportunidades, através de uma recuperação de sua origem racial esquecida ou fortemente reprimida: a de serem de origem racial negra (por isso se diz que negro é raça e não, cor).

### HORÁRIOS

SALA/HORA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO

### PROVAS

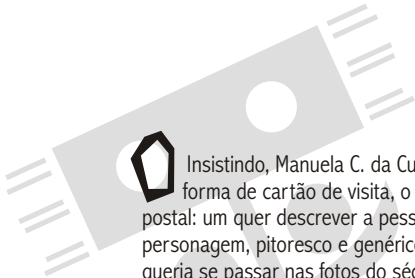
DATA/HORA	ASSUNTO

### TRABALHOS

DATA/HORA	ASSUNTO

IGUALDADE RACIAL

## GIGANTES NEGROS



Insistindo, Manuela C. da Cunha comentou: “Se o retrato do senhor é uma forma de cartão de visita, o retrato do escravo é uma forma de cartão postal: um quer descrever a pessoa, digna e singular, outro descreve o personagem, pitoresco e genérico”. Faz referência ao tipo de mensagem que queria se passar nas fotos do século passado e de como estes fotógrafos mascaravam a situação real. Se a máquina fez seu trabalho, a história acompanhou esse desejo de se construir algo que fosse o ideal da época. Assim, muitos negros, nunca foram tratados pela história oficial como sendo o que são, “Gente de Raça”. Na dança entra a música de João Bosco, que foi censurada no período da ditadura, pois falava do rebelde “João Cândido”. Tudo isto deixa claro que o baile racista brasileiro que todos afirmam não estar em nenhum salão, de fato não está, pois mina de maneira bem sutil a própria história, dragando nossos gigantes negros.





## Machado de Assis

Um pintor de paredes mulato e uma portuguesa de prendas domésticas foram os pais do menino Joaquim Maria Machado de Assis, neto de escravos alforriados, pobre e epilético, nascido em 21 de junho de 1839, no morro do Livramento, Rio de Janeiro, uma cidade então suja, malcheirosa e com uma população estimada de 300 mil habitantes, metade escravos. Nos primeiros anos, com certeza, o menino freqüentou a Chácara do Livramento, sob a proteção da madrinha, senhora muito rica, dona da propriedade.

Aos seis anos, presenciou a morte da única irmã. Quatro anos mais tarde, morre-lhe a mãe. Em 1854 o pai casou-se com Maria Inês. Aos quatorze anos, Joaquim Maria ajudava a madrastra a vender doces para sustentar a casa, tarefa difícil depois da morte do pai. Não se sabe se freqüentou regularmente a escola. O que se sabe é que, adolescente, já se interessava pela vida intelectual da Corte, onde trabalhou como caixeiro de livraria, tipógrafo e revisor, antes de se iniciar como jornalista e cronista.

Em 6 de janeiro de 1855, a Marmota Fluminense publicou o poema "A palmeira". Nada de excepcional, era apenas a estréia literária de Joaquim Maria Machado de Assis. O jornal em que se publicou o poema era editado numa livraria que havia se transformado em ponto de encontro dos escritores da época. Foi lá que Machado de Assis ganhou protetores como Paulo Brito (dono da livraria), Manuel Antônio de Almeida, já conhecido romancista, e um padre que ensinava latim ao adolescente. Logo Machado de Assis já era membro da redação da Marmota Fluminense. Outros jornais passaram a publicar seus trabalhos.

Machado de Assis, homem da cidade, cada vez mais se distanciava de Joaquim Maria, menino do subúrbio. Nas roupas, na postura, na expressão. Os meios literários da Corte tornavam-se, pouco a pouco, terreno conhecido para ele. E ele tornava-se cada vez mais conhecido nesse terreno.

Machado cronista escreveu para diversos jornais, mas viver da escrita naquela época? Nem pensar! Machado seguiu uma carreira burocrática: o emprego público lhe garantia o sustento. A ascensão na carreira burocrática foi ocorrendo paralelamente a sua consagração como escritor. Oficial do gabinete do ministro, membro do Conservatório Dramático, oficial da Ordem das Rosas e, em 1889, o mais alto grau da carreira: diretor de um órgão público, a Diretoria do Comércio. Aos poucos foi chegando a estabilidade econômica e mais tempo para escrever.

Machado denunciou a escravidão, não se utilizando do emocionalismo que caracterizava as manifestações abolicionistas, mas a análise, a reflexão, demolindo a idéia (muito comum na época) da "bondade dos brancos" ao libertar os negros. Em sua obra (crônica, conto, romance) procurou desvendar os mecanismos econômicos e ideológicos que tentavam justificar, primeiro, a necessidade do trabalho escravo e, depois, a contingência imperiosa da libertação. Em 13 de maio de 1888 foi assinada a Lei Áurea.

No dia 19 do mesmo mês, Machado de Assis publicou uma crônica sobre o assunto, ironizando a "bondade dos brancos".

Quando Carolina Novais, sua esposa, morreu, em 1904, a vida de Machado de Assis desmoronou. "Foi-se a melhor parte da minha vida, e aqui estou só no mundo [...] Aqui me fico, por ora, na mesma casa, no mesmo aposento, com os mesmos adornos seus. Tudo me lembra a minha meiga Carolina. Como estou à beira do eterno aposento, não gastarei tempo em recordá-la. Irei vê-la, ela me esperará". Carolina não teve de esperar mais que quatro anos. Com a vista fraca, uma renitente infecção intestinal e uma úlcera na língua, em 1.º de agosto Machado vai pela última vez à Academia Brasileira de Letras - que fundara em 1896 e da qual fora eleito presidente primeiro e perpétuo. Na madrugada de 29 de setembro de 1908, lúcido, recusando a presença de um padre para a extrema-unição, morreu Machado de Assis, reconhecido pelo público e pela crítica como um grande escritor.

IGUALDADE RACIAL



## Aleijadinho - Nascimento de um gênio

Isabel, escrava de um arquiteto português chamado Manuel Francisco Lisboa, teve com este um filho, Antônio Francisco Lisboa. Não se tem certeza se foi no ano de 1730 ou 1738. Seu primeiro biógrafo, um historiador do século XIX, Rodrigo José Ferreira Brêtas, localizou uma certidão de batismo, na qual consta a data de 29 de agosto de 1730 como seu nascimento.

Na sua certidão de óbito, porém, consta que faleceu aos "setenta e seis anos", em 14 de novembro de 1814. Considerando esta informação, Aleijadinho teria nascido em 1738, e não em 1730.



O artista Antônio Francisco Lisboa ficou conhecido como Aleijadinho, pois próximo da idade de cinquenta anos, passou a sofrer de uma doença degenerativa, que se supõe ter sido a hanseníase, também conhecida como lepra. A doença destruiu-lhe os dedos das mãos e pés, deixando-lhe esses membros mutilados. Na realização dos últimos trabalhos, esculpia e entalhava ajoelhado, com as ferramentas amarradas no punho. Além da hanseníase, há evidências de que sofria de uma outra doença que causava feridas pelo corpo e que piorava com a luz solar. Devido a isso, Aleijadinho vivia sempre com uma capa preta cobrindo-lhe o corpo, protegendo-se do sol e escondendo as feridas. Esta doença é chamada de porfíria e atualmente tem despertado a atenção de muitos estudiosos.

O artista foi assim descrito por Rodrigo Brêtas:

Era pardo-escuro, tinha voz forte, a fala arrebatada e o gênio agastado; a estatura era baixa, o corpo cheio e malconfigurado, o rosto e a cabeça redondos, e esta volumosa, o cabelo preto e anelado, o da barba cerrado e basto, a testa larga, o nariz regular e algum tanto pontiagudo, os beiços grossos, as orelhas grandes, o pescoço curto.

Na Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, há um retrato de Aleijadinho, obra de Jair Inácio. Também no Arquivo Público Mineiro há um retrato do artista, pintado ainda no final do século XVIII. Belmonte também executou um retrato de Aleijadinho, baseando-se em descrições e imaginando intuitivamente a aparência do artista.

Aleijadinho foi um estudioso de desenho e arquitetura e recebeu influências de vários profissionais da época, inclusive de seu pai.

O artista projetava as fachadas das igrejas, com especial atenção às torres com sinos. Desenhava os frontões, entalhava as portadas, os púlpitos, os retábulos, os lavabos das sacristias, as imagens de santos e de profetas.

Aleijadinho ficou paralisado em 1812 e faleceu em 14 de novembro de 1814. Muito pobre, foi enterrado como indigente.

<http://www.moderna.com.br/moderna/arte/aleijadinho/aleija>

## João Cândido - O Almirante Negro

Filho de ex-escravos, João Cândido Felisberto, nasceu na cidade de Rio Pardo (Rio Grande do Sul), em 24 de Junho de 1880. Entrou para a corporação em 1894, aos 14 anos, época em que as Forças Armadas aceitavam menores e a Marinha, em particular, recrutava-os junto à polícia. Este não foi o caso de João Cândido. Recomendado por um almirante, que se tornara seu protetor, logo desponta como líder e interlocutor dos marujos junto aos oficiais.

Em 1910, uma viagem de instrução à Inglaterra alicerça, entre os marinheiros brasileiros, as bases para o levante conspiratório que poria fim ao uso de castigos físicos na Marinha. Durante a viagem inaugural do "Minas Gerais", João Cândido e companheiros tomam ciência do movimento pela melhoria das condições de trabalho levado a cabo pelos marinheiros britânicos entre 1903 e 1906. E, ainda, da insurreição dos russos embarcados no encouraçado "Potemkin", em 1905.

De volta ao Brasil, o estalo das chibatadas não cessa, e os soldos baixos contrastando com o status de maior frota náutica do mundo, superior até mesmo à inglesa acirra o clima de tensão entre os marujos. Até que em 22 de novembro de 1910, a lembrança das 250 chibatadas recebidas por um marinheiro, no dia anterior, deflagra o início da revolta. Durante quatro dias, marinheiros liderados por João Cândido e entrincheirados nos navios "São Paulo", "Bahia", "Minas Gerais" e "Deodoro" ancorados ao longo da baía da

Guanabara lançam bombas na cidade.

Finda a revolta e traídos pelo Governo, que prometera anistiar todos os revoltosos, João Cândido e companheiros acabam presos. A defesa de Evaristo de Moraes inocenta o grupo. Mas, daí para frente, o Almirante Negro passa a levar, até a morte, a fama de líder subversivo. "Nós queríamos combater os maus-tratos, a má alimentação [...] E acabar com a chibata, o caso era só este" declarou João Cândido, em 1968, em depoimento ao Museu de Imagem e do Som.

Mestre-Sala dos Mares (João Bosco/Aldir Blanc)

Há muito tempo,  
Nas Águas da Guanabara,  
O Dragão do Mar reapareceu,  
Na figura de um bravo feiticeiro  
A quem a história não esqueceu  
Conhecido como o Navegante Negro,  
Tinha a dignidade de um mestre-sala  
E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas  
Foi saudado no porto  
Pelas mocinhas francesas,  
Jovens polacas e por batalhões de mulatas.



## Gigantes Negros da Nossa História



### Machado de Assis

Um dos maiores escritores do Brasil. Fundou a Academia Brasileira de Letras.



### Aleijadinho

Considerado um dos mais expressivos representantes do barroco brasileiro.



### André Rebouças

Engenheiro. Foi o responsável por importantes obras ferroviárias, portuárias e de saneamento em diversas províncias do Brasil. Militante do movimento abolicionista, tendo fundado, com Joaquim Nabuco, o Centro Abolicionista da Escola Politécnica, onde era professor e jornalista.



### José do Patrocínio

Jornalista, orador, poeta e romancista. Compareceu às sessões preparatórias da instalação da Academia Brasileira de Letras e fundou a Cadeira nº. 21. Travou luta fervorosa em favor da abolição.



### Luiz Gama

Luiz Gama foi copista e amanuense, afastado destas funções por força de perseguições racistas e políticas. Desenvolveu atividades em favor dos negros escravizados e oprimidos. Luiz Gama formou-se em direito. Com coragem e obstinação libertou mais de quinhentos escravos. Orador arrebatado, impetuoso e intrépido.



### João Cândido

“O almirante Negro”, porta-voz dos marinheiros durante a rebelião que exigiu o fim do açoite nas embarcações brasileiras. Sob a promessa de anistia do governo, ele e seus companheiros foram presos.



### Abdias do Nascimento

Um dos fundadores da Frente Negra Brasileira em 1931, criou o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, foi secretário de Defesa da Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Rio de Janeiro, Deputado Federal pelo mesmo estado em 1983 e Senador da República em 1997. Abdias, com seus 90 anos, foi indicado pelo Iara (Instituto de Advocacia Racial e Ambiental) para pleitear a candidatura para o prêmio Nobel da Paz 2004.



IGUALDADE RACIAL





## O MITO DE PALMARES

Para o poder colonial, destruir Palmares era mais que uma necessidade imposta pelas regras do projeto colonial. Era uma questão de honra. Em 20 de novembro de 1695 era morto Zumbi, o Grande Chefe da "primeira república verdadeiramente livre das Américas". No final do século 16, as terras pernambucanas eram as mais prósperas das novas colônias portuguesas. Fazia poucas décadas que os portugueses tinham pisado ali, mas a Capitania de Pernambuco já era politicamente relevante. O mesmo não ocorria no sul do país, onde os poucos europeus ali chegados ainda lutavam para conquistar a terra e se instalar de forma definitiva. Devido a fama de serem homens valentes e grandes lutadores, na segunda metade do século 17, o governador de Pernambuco procurou o bandeirante Domingos Jorge Velho, chefe de um bando paulista em ação no interior brasileiro. Queria resolver seu problema maior. Para ele, Palmares já estava deixando de ser preocupação para virar verdadeiro pesadelo, pois era referência entre os escravos.



IGUALDADE RACIAL

## O SONHO DOS QUILOMBOS

Em Pernambuco falava-se, sobretudo, de Palmares. Ninguém sabia certo onde ficava. Era lá nas montanhas, na parte superior do rio São Francisco, mata fechada, inacessível. Diziam que precisava dias e mais dias para se chegar até esse lugar. Mas ninguém duvidava de que Palmares existisse de verdade. Palmares havia surgido no final do século 16, quando os primeiros negros ali se refugiaram. Desde então, o mito de Palmares não havia feito outra coisa senão crescer e crescer. Era a meta dos que buscavam liberdade, negros, índios e inclusive brancos. Havia lugar para todos. Em 1630, as autoridades pernambucanas calculavam que o quilombo de Palmares contava com uma população superior a 3 mil pessoas. Sabiam o que estavam dizendo. Apoiavam-se no número de fugas escravas que diariamente deviam registrar. Independente do mito, o quilombo de Palmares representou uma estrutura alternativa à sociedade colonial. Os negros viviam da agricultura. Uma agricultura, por sinal, mais avançada que a da colônia. O mundo escravocrata só conhecia a produção de açúcar. Em Palmares plantavam-se milho, mandioca, feijão, cana, legumes, batatas e frutas. Palmares tinha leis que regulamentavam a vida das pessoas, algumas, inclusive, bastante rígidas. Roubo, adultério, deserção ou homicídio eram punidos com a morte. As funções sociais estavam definidas. A autoridade era reconhecida por todos. As decisões mais importantes eram tomadas em assembleias, da qual participavam todos os habitantes adultos. Mais do que isso, Palmares não era apenas uma cidade. Chegou a ser uma rede de cidades. Na metade do século 17, contava onze povoados. Macaco, na Serra da Barriga, era a capital. Possuía 1.500 casas, dos dois lados de ruas espaçosas. Os artesãos trabalhavam em suas oficinas, enquanto outros plantavam e colhiam. As crianças brincavam livres. Havia também igreja para as orações. A população? Mais de 8 mil pessoas. Depois, havia Amaro - com 5 mil habitantes e uma estrutura igualmente organizada -, Subupira - a 36 quilômetros de Macaco - e, ainda, Zumbi, Tabocas, Acotirene, Danbrapanga, Sabalangá, Andalaquituche, entre outros.





## Ganga Zumba

Primeiro grande chefe do Quilombo dos Palmares que era tio de Zumbi, que em 1677 chefiou duas duras batalhas contra a expedição portuguesa de Fernão Carrilho que aprisionou diversos guerreiros, e que entre os quais se encontravam Zumbi e Acaciene. No ano de 1678, Ganga Zumba recebeu um oficial enviado pelo governador Pedro de Almeida com uma proposta de paz em que oferecia união, um bom tratamento, terras e uma promessa de devolver as mulheres e filhos que estavam em seu poder.

E ao retornar a cidade de Recife o oficial seguiu em companhia de alguns palmarianos que levavam os pedidos de liberdade para os negros nascidos em Palmares, permissão para estabelecerem o comércio com os moradores da região, de um lugar onde pudessem viver e a promessa de entregar os negros que daquele momento em diante quanto fugissem e fossem presos os mesmos deveriam ser encaminhados para Palmares. E ao rumar para a cidade de Recife no mês de Novembro sem os partidários de Zumbi para assinar o acordo de paz, Ganga Zumba e seus partidários ficaram hospedados na região de Cucaú perto de Serinhaém sob forte vigilância das autoridades portuguesas e hostilizado pelos moradores das vilas próximas, fato este que acabou frustrando a sua iniciativa. Ao retornar a Palmares, Ganga Zumba acabou sendo envenenado por um partidário de Zumbi ao apresentar um tratado de paz elaborado por Pedro de Almeida com objetivo de quebrar a unidade dos Palmares.



### A escolha do 20 de novembro

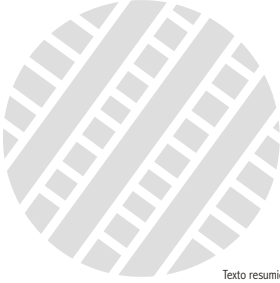
Há mais de 30 anos se comemora no dia 20 de novembro, o "Dia Nacional da Consciência Negra". Nessa data, em 1695, foi assassinado Zumbi, que se transformou em um grande ícone da resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade. A escolha do 20 de novembro foi muito mais do que uma simples oposição ao 13 de maio. Os movimentos sociais escolheram essa data para mostrar o quanto o país está marcado por diferenças e discriminações raciais. É também uma luta pela visibilidade do problema racismo, que sempre foi negado, dentro e fora do Brasil.

<http://www.segal1945.hpg.ig.com.br/ganga.htm>

IGUALDADE RACIAL



## VOCÊ SABIA?



### Quilombos Urbanos no Rio Grande do Sul

Luta pela preservação de uma terra que guarda a vitória da resistência negra contra a escravidão e as mazelas trazidas pela miséria e a discriminação da cor. Assim pode se resumir um pouco da história da Comunidade Remanescente de Quilombo da Família Silva. Primeiro quilombo urbano do Brasil a receber certidão de autoreconhecimento, emitida e entregue pela Fundação Cultural Palmares, na capital gaúcha. Além da Família Silva, outras 10 comunidades remanescentes de quilombos receberam certidões de autoreconhecimento. A Fundação Cultural Palmares (FCP) também entregou o certificado à Comunidade Remanescente de Quilombo de Manoel Bandeira, localizada em Gravataí, na Grande Porto Alegre.

A área onde o quilombo está localizado, zona leste da Capital gaúcha, já foi motivo de disputa entre os quilombolas e incorporadoras. Vizinha ao espaço da família Silva, no bairro Chácara das Pedras, localizam-se prédios residências de valor elevado. O documento garante a família Silva não só o direito a assistência jurídica e inclusão nas ações da FCP para a sua permanência sustentável. Também asseguram a manutenção de um legado histórico.

Texto resumido a partir da reportagem de Oscar Henrique Cardoso, Site Palmares Que pode ser encontrado no endereço: <http://www.cedefes.org.br/noticia.asp?acao=leitura&idmateria=K9K5X>

#### HORÁRIOS

SALA/HORA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO

#### PROVAS

DATA/HORA	ASSUNTO

#### TRABALHOS

DATA/HORA	ASSUNTO

IGUALDADE RACIAL

### QUILOMBOS

**D**esse fugas isoladas, passando pelo suicídio, pelo banzo (nostalgia que fazia o negro cair em profunda depressão o levando à morte) e pelos quilombos, várias foram as formas de resistência do negro à escravidão, sendo a formação dos quilombos a mais consequente.

Os quilombos eram aldeamentos de negros que fugiam dos latifúndios, passando a viver comunitariamente. O maior e mais duradouro foi o quilombo dos Palmares, surgido em 1630 em Alagoas. Desenvolveu-se através do artesanato e do cultivo do milho, feijão, mandioca, banana e cana-de-açúcar, além do comércio com aldeias vizinhas.

Seu primeiro líder foi Ganga Zumba, substituído depois de morto por seu sobrinho Zumbi, que tornou-se a principal liderança da história de Palmares. Zumbi foi assassinado em 1695 pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

Apesar dos muitos negros mortos em Palmaras, a quantidade de escravos crescia muito e em 1681 atingia a cifra de 1 milhão de negros trazidos somente de Angola.

O grande número de negros utilizado como escravos, deixa clara a alta lucratividade do tráfico negreiro, responsável inicialmente pelo abastecimento da lavoura canavieira em expansão nos séculos XVI e XVII e posteriormente nas áreas de mineração e da lavoura cafeeira nos séculos XVIII e XIX respectivamente.







Moradores da comunidade perpetuam a história kalunga com seus relatos

#### Matriarcado Kalunga



A festa, geralmente de cunho religioso, tem relevante significância para conhecer o Povo Kalunga.

Ao redor dos ranchos, nas comunidades ou nas casas, representa o grande momento de importante encontro para o qual as pessoas se mobilizam.

Caracteriza-se como espaço de devoção, de diversão, de participação sócio-política e de vivência de tradições culturais, religiosas e artísticas.

A festa oportuniza que se estabeleça, além da alegria, um processo de trocas de informações, negócios e reivindicações, sem excluir o aspecto afetivo de relacionamento entre os mais velhos, os adultos, os jovens e as crianças.

#### Festa D'Abadia



#### Cerimônia na capela - Festa do Divino



#### Tocando tambor



Sussa, a dança característica e forte da comunidade kalunga

#### A Sussa é batida na bruaca



#### A dança da Sussa



#### Educação

As escolas que atendem a comunidade Kalunga, em sua maioria, funcionam em ranchos cobertos de palha e algumas, em construções de alvenaria.

O Projeto Uma História do Povo Kalunga representa uma expectativa favorável para o enriquecimento do currículo destas escolas, na medida em que traz subsídios positivos de mudança para a construção da auto-imagem da comunidade, possibilitando a reconstrução da sua história.

O espaço escolar é desejado e valorizado pelo povo Kalunga que vê no ensino formal uma maneira de acrescentar novos conhecimentos, sem perder seus referenciais históricos, culturais e ambientais, ao mesmo tempo em que oportuniza a sua articulação e movimentação na sociedade.

#### Escola



#### Sala de aula



#### Turma de alunos



O Povo Kalunga produz boa parte do que necessita para a sua subsistência em uma comunidade rural, sem as exigências e possibilidades alternativas de consumo que caracterizam a vida nos centros urbanos.



Também preocupa-se com a comercialização de sua produção, com a finalidade de geração de renda, o que irá possibilitar-lhe a compra do que não consegue produzir.

O artesanato de objetos, a tecelagem, a fabricação de farinha de mandioca, a criação de aves, a pesca, o plantio de hortaliças e cereais, ervas de chá, entre outros produtos, constituem a base da atividade produtiva Kalunga.

Transportando mercadorias



Vendendo mercadorias



Em sintonia com a natureza

Tingui - Usado para fazer sabão



Pindoba - Cocos que dão água



Tiborna - usado para fazer cola



Natureza, conhecimento e filosofia de vida na tradição kalunga

Planta calunga

Pela tradição Kalunga, a presença de uma planta que chamam de calunga, torna sagrada a terra onde ela cresce.



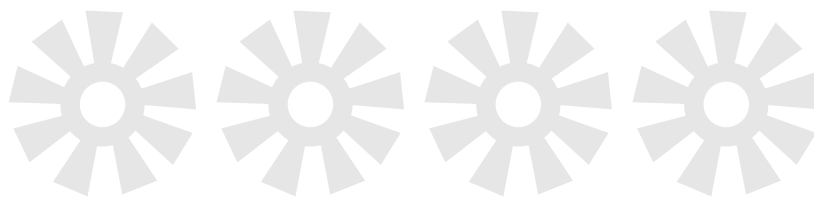
Esta planta é capaz de sinalizar se a terra é boa para plantar os alimentos que sustentam a vida. Por isso as terras onde a calunga cresce não podem ser de uma só família, pertencem a todas. São as famílias que acodem umas às outras, nos momentos de precisão.

A calunga faz lembrar a necessidade da união e da solidariedade de todos...

Nesta história está implícito o modo do Povo Kalunga produzir o conhecimento através da sua relação com o meio ambiente.

Presença, resistência e brilho

As Comunidades Remanescentes de Quilombos simbolizam a presença da raiz histórica, a resistência frente às adversidades e o brilho que emana de sua cultura.







## Vozes da África

Mia Couto

O tempo trabalhou a nossa alma coletiva por via de três materiais: o passado, o presente e o futuro. Nenhum desses materiais parece estar feito para uso imediato. O passado foi mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios.



Não digo nada de novo: o nosso país não é pobre, e sim foi empobrecido. A minha tese é que o empobrecimento de Moçambique não começa nas razões económicas. O maior empobrecimento provém da falta de idéias, da erosão da criatividade e da ausência interna de debate. Mais do que pobres tornamo-nos inférteis. Eu vou questionar essas três dimensões do tempo apenas para sacudir alguma poeira. Começemos pelo passado. Para constatar que esse passado, afinal, ainda não passou.

O colonialismo não morreu com as independências. Mudou de turno e de executores. O atual colonialismo dispensa colonos e tornou-se indígena nos nossos territórios. Não só se naturalizou como passou a ser co-gerido numa parceira entre ex-colonizadores e ex-colonizados.

Uma grande parte da visão que temos do passado do nosso país e do nosso continente é ditada pelos mesmos pressupostos que ergueram a história colonial. Ou melhor, a história colonizada. O que se fez foi colocar um sinal positivo onde o sinal era negativo. Persiste a idéia que África pré-colonial era um universo intemporal, sem conflitos nem disputas, um paraíso feito só de harmonias.

Essa imagem romântica do passado alimenta a idéia redutora e simplista de uma condição presente em que tudo seria bom e decorreria às mil maravilhas se não fosse a interferência exterior. Os únicos culpados dos nossos problemas devem ser procurados fora. E nunca dentro. Os poucos de dentro que são maus é porque são agentes dos de fora. Esta visão já estava presente no discurso da luta armada quando se retratava os inimigos como "infiltrados". Isto acontecia, apesar do aviso do poeta que dizia que "não basta que seja pura e justa a nossa causa é preciso que a justiça e a pureza existam dentro de nós".

Quando os navegadores europeus começaram a encher de escravos os seus navios, eles não estavam estreando o comércio de criaturas humanas.

A escravatura já tinha sido inventada em todos os continentes. O que sucedeu foi que o tráfico de escravos se converteu num sistema global e esse sistema passou a ser desenvolvido de forma a enriquecer o seu centro: a Europa e a América.

O colonialismo foi outro desastre cuja dimensão humana não pode ser aligeirada. Mas tal como a escravatura, também na dominação colonial houve mão de dentro. Diversas elites africanas foram coniventes e beneficiárias desse fenómeno histórico.

Porque é que estou a falar disto? Porque eu creio que a História oficial do nosso continente foi sujeita a várias falsificações. A primeira e mais grosseira destinou-se a justificar a exploração que fez enriquecer a Europa.

Mas outras falsificações se seguiram e parte delas destinaram-se a ocultar responsabilidades internas, a lavar a má consciência de grupos sociais africanos que sempre na opressão dos povos e nações de África.

Esta leitura deturpada do passado não é apenas um desvio teórico. Ela acaba por fomentar uma atitude de eterna vítima, sugere falsos inimigos e alianças sem princípios.

É importante fazermos nova luz sobre o passado porque o que se passa hoje nos nossos países não é mais do que a atualização de convívios antigas entre a mão de dentro e a mão de fora.

Estamos revivendo um passado que nos chega tão distorcido que não somos capazes de o reconhecer.

O que somos um espelho à procura da sua imagem

Se o passado nos chega deformado, o presente deságua em nossas vidas de forma incompleta. Alguns vivem isso como um drama. E partem em corrida nervosa à procura daquilo que chamam a nossa identidade. Grande parte das vezes essa identidade é uma casa mobiliada por nós, mas a mobília e a própria casa foram construídas por outros. Outros acreditam que a afirmação da sua identidade nasce da negação da identidade dos outros. O certo é que a afirmação do que somos está baseada em inúmeros equívocos.

Temos que afirmar o que é nosso, dizem uns. E têm razão. Mas a pergunta é: o que é verdadeiramente nosso? Há aqui alguns mal-

### O tráfico de escravos

Durante os primeiros quatro séculos - do século 15 a metade do 19 - de contato dos navegantes europeus com o Continente Negro, a África foi vista apenas como uma grande reserva de mão-de-obra escrava. Os principais pontos de abastecimento de escravos, pelo menos entre os séculos 17 e 18 eram o Senegal, Gâmbia a Costa do Ouro e a Costa dos Escravos, onde se localiza a fortaleza de São João Batista de Ajudá, que, no século 18, era o epicentro do mercado exportador de escravos do golfo do Benim (40% dos cativos que cruzaram o Atlântico vieram daquela região). Há muita divergência entre os historiadores quanto ao número de africanos escravizados e transportados, alguns chegaram a projetar 50 milhões, mas R. Curtin (in *The Atlantic slave trade: A census, 1969*) estima entre 9 a 10 milhões.





entendidos. Por exemplo: uns acreditam que a capulana é um vestuário originário, tipicamente moçambicano. Outras vezes, sugere-se que a nossa afirmação se faça na base de vegetais usados na nossa culinária. O emblema do tipicamente nacional passa agora para o coco, a mandioca, a batata doce, o amendoim.

Tudo produtos que foram introduzidos em Moçambique e na África. Mas aqui se coloca a questão: essas coisas acabam sendo nossas porque, para além da sua origem, lhes demos a volta e as refabricamos à nossa maneira. A capulana pode ter origem exterior mas é moçambicana pelo modo como a amarramos. E pelo modo como esse pano passou a falar conosco. O coco é indonésio, a mandioca é mais latino-americana que a Jennifer Lopez mas o prato que preparamos é nosso porque o fomos caldeando à nossa maneira. Os conceitos devem ser ferramentas vitais na procura desse nosso retrato. Contudo, muito do quadro conceitual com que olhamos se assenta em chavões que, à força de serem continuamente repetidos, acabaram por não produzir sentido: poder tradicional; sociedade civil; comunidades rurais; agricultura de subsistência são exemplos e tenho sinceras dúvidas sobre o modo como essas categorias cabem na nossa mão e produzem mudanças reais.

Uma língua chamada “desenvolvimentês”

É isso que me preocupa é que mais do que incentivar um pensamento inovador e criativo estamos a trabalhar ao nível do que é superficial. Técnicos e especialistas reproduzindo a linguagem dos outros, preocupado com o poder agradar e fazer boa figura nos workshops.

Trata-se de um logro, um jogo de aparências, alguns de nós parecemos bem preparados porque sabemos falar essa língua, o desenvolvimentês. Postos perante a procura de soluções profundas para as questões nacionais estamos tão perdidos como qualquer outro cidadão. Palavras chave “boa-governança”, accountability, parcerias, desenvolvimento sustentável, capacitação institucional, auditoria e monitoramento, equidade, advocacia, todas estas palavras da moda acrescentam uma grande mais-valia (eis outra palavra da moda) às chamadas “comunicações” (deve-se, de preferência, dizer “papers”).

O problema do desenvolvimentês é que só convida a pensar o que já está pensado por outros. Somos consumidores e não produtores de pensamento. Mas não foi apenas uma língua que inventamos: criou-se um exército de especialistas alguns com nomes curiosos, tenho-os visto em reuniões diversas: já vi especialistas em resolução de conflitos, facilitadores de conferências, workshopistas, experts em advocacia, engenheiros políticos. Estamos empenhando o nosso melhor manancial humano em algo cuja utilidade deve ser interrogada.

A verdade é que ainda mantemos um grande desconhecimento das dinâmicas atuais, dos mecanismos vivos e funcionais que esse tal povo inventa para sobreviver. Sabemos pouco sobre assuntos de urgente e primordial importância. Listo apenas alguns que agora me ocorrem:

- a vitalidade do comércio informal; os mecanismos de troca entre a família rural e a sua sucursal urbana; o papel das mulheres nessa rede de trocas invisíveis, do trânsito transfronteiriço de mercadorias (o chamado mukero).

É aqui que a questão se coloca qual a cultura da nossa economia? Qual é a economia da nossa cultura? Ou dito de modo mais rigoroso: como é que as nossas culturas dialogam com as nossas economias?

O sermos mundo à procura de uma família

Numa Conferência em que este ano participei na Europa, alguém me perguntou: o que é, para si, ser africano?

E eu lhe perguntei, de volta: E para si, o que é ser europeu?

Ele não sabia responder. Também ninguém sabe exatamente o que é africanidade. Neste domínio há muita bugiganga, muito folclore. Alguns que dizem que o “tipicamente africano” é aquele ou aquilo que tem um peso espiritual maior. Ouvi alguém dizer que nós, africanos, somos diferentes dos outros porque damos muito valor à nossa cultura. Um africanista numa conferência em Praga disse que o que media a africanidade era um conceito chamado “ubuntu”. E que esse conceito diz que “eu sou os outros”.

Quando mencionamos essas mestiçagens falamos com algum receio como se o produto híbrido fosse qualquer coisa menos pura. Mas não existe pureza quando se fala da espécie humana. Os senhores dizem que não há economia atual que não se alicerce em trocas. Pois não há cultura humana que não se fundamente em profundas trocas de alma.





O que queremos e podemos ser

Aflige-me a facilidade com que vamos a reboque de idéias e conceitos que desconhecemos. Em lugar de as interrogarmos cientificamente e de ajuizarmos a sua adequação cultural, transformamo-nos em funcionários de serviço, caixas de ressonância de batuques produzidos nas instâncias dos poderes políticos. Na nossa história já se acumularam lemas e bandeiras.



Estas bandeiras tiveram as suas vantagens e desvantagens. Mas raramente foram sujeitas ao necessário questionamento por parte dos nossos economistas, dos nossos intelectuais. As novas bandeiras e lemas estão sendo hasteadas nos mastros sem que esse espírito crítico assegure da sua viabilidade histórica.

A cultura e a economia - o que podemos fazer ?

O que podemos fazer é interrogar sem medo e dialogar com espírito crítico. Infelizmente, o nosso ambiente de debate se revela pobre. Mais grave ainda, ele tornou-se perverso: em lugar de confrontar idéias, agridem-se pessoas.

O que podemos fazer com os conceitos sócio-econômicos é reproduzir aquilo que fizemos com a capulana e com a mandioca. Torná-los nossos, porque os experimentamos e vivemos à nossa maneira.

Estamos hoje construir a nossa própria modernidade. E quero congratular esta ocasião em que um homem das letras (que se confessa ignorante em matérias de economia) tenha a possibilidade de partilhar algumas reflexões. A economia necessita de falar, de namorar as outras esferas da vida nacional. O discurso econômico não pode ser a religião dessa nossa modernidade nem a

economia pode ser um altar ante o qual nos ajoelhamos. Não podemos entregar a especialistas o direito de conduzir as nossas vidas pessoais e os nossos destinos nacionais.

O que mais nos falta não é formação técnica, não é a acumulação de saber acadêmico. O que mais falta é capacidade de gerar um pensamento original, um pensamento soberano que não ande a reboque daquilo que outros já pensaram. Libertarmo-nos daquilo que uns já chamaram a ditadura do desenvolvimento.

Hoje nos confrontados com as nossas mais fundas fragilidades, cabe-nos criar um novo olhar, inventar outras falas, ensaiar outras escritas. Vamos ficando, cada vez mais, a sós com a nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra História. Nós não podemos mendigar ao mundo uma outra imagem. Não podemos insistir numa atitude apelativa.

A nossa única saída é continuar o difícil e longo caminho de conquistar um lugar digno para nós e para a nossa pátria. E esse lugar só pode resultar da nossa própria criação.

<http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=505>

#### A luta pela abolição da escravatura

A primeira reação contra a escravidão ocorreu no século 18, partindo de uma seita protestante radical, os Quakers. Eles consideravam-na um pecado e não podiam admitir que um cristão tirasse proveito dela. Enviaram, em 1768, ao parlamento de Londres uma solicitação pedindo o fim do tráfico de escravos. Pouco depois, John Wesley, o fundador do movimento metodista, pregou contra a escravidão (Thoughts upon Slavery, 1774) afirmando que preferia ver a Índias Ocidentais (como eram denominadas as colônias antilhanas inglesas) naufragarem do que manter um sistema que "violava a justiça, a misericórdia, a verdade".

Adam Smith, o pai do capitalismo moderno, (in Wealth of the Nations, 1776) afirmou que a escravidão era deficitária na medida que empregava uma enorme quantidade de capital humano. No plano filosófico ela foi repudiada na obra de Montesquieu e de forma radical por J.J. Rousseau (in Le Contrat Social, 1762), para quem "os homens haviam nascido livres e iguais".

IGUALDADE RACIAL